

Culturas Indígenas, Educação e Democracia – Diálogos Interculturais.¹

Culturas Indígenas, Educación e Democracia – Dialogos Interculturales

Indigenous Culturales, Educacion and Democracy - Intercultural Dialogues.

Sandra Maders²

Valdo Barcelos³

Resumo

Esse texto se caracteriza por uma produção ensaística, no qual faremos uma reflexão sobre culturas indígenas, interculturalidade e democracia. Partimos de uma reflexão sobre os processos culturais que levaram os nativos desta terra de Pindorama (indígenas) a se sentirem estrangeiros em suas próprias terras, bem como, refletir a partir da possibilidade de um diálogo intercultural. Tomando a possibilidade do diálogo intercultural, propomos uma alternativa de democracia como uma obra de arte em permanente construção, a partir do fluir do viver cotidiano e tomando como ponto de partida a relação com as crianças. Essa proposta de democracia, como uma obra de arte em permanente construção, para realizar-se precisa ser um processo coletivo e permanente.

Palavras-chave: Intercultura – Povos indígenas – Democracia como obra de arte

Resumen

Este texto se caracteriza por una producción ensayística, en la que reflexionaremos sobre las culturas indígenas, la interculturalidad y la democracia. Partimos de una reflexión sobre los procesos culturales que llevaron a los nativos de esta tierra de Pindorama (pueblo indígena) a sentirse extranjeros en sus propias tierras, así como reflexionar sobre la posibilidad de un diálogo intercultural. Tomando la posibilidad del diálogo intercultural, proponemos una alternativa de democracia como obra de arte en permanente construcción, a partir del fluir del vivir cotidiano y tomando como punto de partida la relación con los niños. Esta propuesta de democracia, como obra de arte en permanente construcción, para realizarse necesita ser un proceso colectivo y permanente.

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Doutora em Educação; Universidade Federal do Pampa; Dom Pedrito, Rio Grande do Sul-Brasil; sandramaders@unipampa.edu.br

³ Pós Doutor em Antropografia Cultural Brasileira. Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria-Rio Grande do Sul-Brasil; ybarcelos@terra.com.br

Palavras-Clave: Intercultura – Pueblos Indígenas – Democracia como obra de arte.

Abstract:

This text is characterized by an essay, in which we will reflect on indigenous cultures, interculturality and democracy. We start from a reflection about the cultural processes that led the natives of this land of Pindorama (indigenous people) to feel foreign in their own lands, as well as we reflect from a possibility of an intercultural dialogue. By taking the possibility of the intercultural dialogue, we propose an alternative of democracy as a work of art in permanent construction, from the flow of everyday living, and taking as a starting point the relationship with children. This proposal of democracy as a work of art in permanent construction, has to be a collective and permanent process, in order to be accomplished.

Key-words: Interculture – Indigenous people – Democracy as a work of art.

Introdução

Os ressurgimentos de movimentos de orientação autoritária são, hoje, uma realidade em diferentes regiões do planeta. (LEVITZKY E ZIBLATT, 2018; MARQUES, 2018; STANLEY, 20218; ECO, 20019; MOUNK, 2019). Para esses autores, é importante perceber que esses movimentos tem seu surgimento justo em países onde vigoram regimes democráticos de governo. Regimes nos quais os dirigentes chegam aos espaços de poder via eleições reconhecidas como democráticas e legítimas. Tal fato tem levado a inquietações como, por exemplo, o perigo que as democracias estão correndo em sua consolidação e perenidade como alternativa de governo.

Com esse texto buscamos contribuir para o entendimento desse cenário trazendo uma reflexão sobre possíveis alternativas epistemológicas que venham ampliar as possibilidades de promoção do reconhecimento do outro e de sua legitimidade na coletividade em que vive e convive. Enfim, contribuir para manter, abrir e consolidar espaços de coexistência em relações democráticas e de equidade social e cultural. Relações que visem reordenar de forma generosa e solidária os espaços de poder e de colonialidade (QUIJANO, 1991: 2005). Relações de colonialidade que estão presentes nos espaços educativos escolares (AZIBEIRO, 2022) e mesmo não escolares.

Neste sentido, este texto tem a intenção de refletir sobre um modo de coexistência em relações democráticas entre as pessoas. Adiantamos que em nosso entendimento essas relações democráticas precisam ser apresentadas e vivenciadas pelas

crianças desde sua mais tenra idade. Com isso, estaremos dando um passo importante para que quando jovens ou adultos as crianças já tenham em seu modo de viver e conviver o entendimento e a prática da importância da ação de reconhecimento da legitimidade e da dignidade do outro em suas especificidades culturais.

No caso desse texto, este “outro”, a que estamos nos referindo e que estamos trazendo para este texto são as pessoas pertencentes às culturas indígenas. Para que isso se realize entendemos que as proposições epistemológicas orientadoras da educação para interculturalidade tem uma importante contribuição a partir de sua presença nas práticas educacionais tanto escolares quanto não escolares. O que se pretende é contribuir com uma reflexão que tem como ênfase a construção de espaços de coexistência no respeito ao outro, na aceitação mútua dos modos de viver e conviver que aceitem, promovam, e defendam a legitimidade e a dignidade do outro, particularmente no que diz respeito à diversidade cultural.

Cenas e Cenários para a Interculturalidade

Se há algo sobre o qual não é difícil se chegar a um entendimento é sobre o fato de que estamos passando por um momento de intensas mudanças em nossos modos de viver. Uma dessas mudanças, que consideramos fundamental no que diz respeito às relações interculturais, é a grande mobilidade das pessoas. Mobilidade, esta, que se deve aos mais paradoxais motivos. Para James Glifford Geertz (1923-2006)⁴ vivemos um momento em que algumas perguntas clássicas precisam ser reformuladas, pois, perderam seu sentido na atualidade. Uma destas perguntas é: De onde és? Para este autor, o mais adequado seria perguntar: “De onde vens e para onde estás indo? (GEERTZ, 2009). Esta intensa e acelerada mobilidade que assistimos é um dos argumentos utilizados por autores(as) contemporâneos para justificar parte das grandes transformações pelas quais passam, hoje, as nações criadas no espaço político e cultural da modernidade ocidental. Esta questão – a mobilidade das pessoas - está provocando

⁴ Clifford James Geertz, antropólogo dos Estados Unidos da América do Norte. Professor emérito da Universidade de Princeton, em Nova Jérsei, nos Estados Unidos. Seu trabalho no "Institute for Advanced Study" de Princeton se destacou pela análise da prática simbólica no fato antropológico.

intensas transformações no cenário político, econômico e, em especial, cultural no planeta.

Se nos voltarmos para o continente latino-americano, a circulação de pessoas é, também, muito intensa. Temos, neste caso, uma situação muito especial. Em alguns países do continente a saída de pessoas é muito grande. Por exemplo: países como Uruguai, Equador e México, têm cerca de vinte por cento de seus cidadãos vivendo em outros países que estão distribuídos pelos cinco continentes. Uma das consequências imediatas desta diáspora contemporânea é que aquilo que se tinha, até então, como uma definição pacífica de quem era ou não estrangeiro mudou radicalmente. O pensador argentino, radicado no México, Néstor Garcia Canclini, um estudioso e pesquisador pioneiro das questões relacionadas à interculturalidade na América Latina, ao refletir sobre os diferentes modos de ser e de sentir-se estrangeiro, nos tempos atuais, assim se manifesta:

El extranjero no es solo en que está lejos o del otro lado de la frontera, sino también El otro cercano que desafía nuestros modos de percepción y significación. Puede sentirse mayor extrañamiento ante quienes en La propia sociedad reivindican con énfasis un particularismo que en relación con otros de La misma profesión en países distantes, o que comparten formas internacionalizadas de consumo (2009, p.05).

De outra forma, esta condição de entrecruzamentos culturais é tratada de maneira desafiadora, e provocativa, pelo pensador francês Alain Touraine em seu livro intitulado *Podremos Viver Juntos? – iguais e diferentes* (2003). Nesta obra, o autor reflete sobre o processo de globalização das relações por que passa o planeta. O livro dá ênfase especial para a questão do encontro e/ou do confronto entre as diferentes religiões, etnias, ideologias, economias. Enfim, se ocupa das tensões decorrentes dos processos de globalização que colocam frente a frente, lado a lado, diferentes culturas. Esses encontros entre culturas diferentes têm sido marcados por processos de acirramento de relações de discriminação e de incentivo a sentimentos de ódio e de práticas de negação do outro. Para Mounk (2018), a compreensão desse cenário terá de passar, necessariamente, pelo entendimento das formas como esses movimentos de origem e de objetivos totalitários atuam nos ambientes em que estão inseridos. Por exemplo, via de regra, tais movimentos arrogam para si a defesa da liberdade e mesmo

da democracia. As lideranças desses movimentos, não raro, têm um forte traço populista e nacionalista – quando não fascista – em suas formas de agir e se dirigirem as diferentes camadas sociais. Para Marques (2018) os populistas se utilizam de um discurso atrativo e demagógico com o qual apresentam soluções fáceis para situações complexas emergentes na sociedade. Enquanto a democracia aceita a divergência e a crítica o populismo se apresenta como o detentor da verdade e o legítimo defensor das “massas populares”.

Vivemos um tempo em que podemos nos comunicar globalmente usando a mesma língua. Ao mesmo tempo em que a circulação de mercadorias nunca foi tão intensa, a circulação de pessoas nunca foi tão vigiada e controlada. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que estamos todos juntos nunca estivemos tão separados. Nunca antes se viu tantos renascimentos de nacionalismos, de religiosidades e de crenças fundamentalistas. Nunca o terrorismo de Estado e de grupos fez tantas vítimas. Precisamos decidir se faremos do fato de estarmos todos juntos, um castigo ou um prêmio, pois, embora estejamos assistindo um acirramento das intolerâncias étnicas, religiosas e ideológicas ainda é possível que a convivência e a coexistência democrática possa se realizar no respeito e no acolhimento das diversidades. Entendemos que as duas possibilidades estão colocadas e nenhuma pode ser descartada.

O fato de nossa história ter sido de guerras, de competições, de aniquilamento dos diferentes e de silenciamentos culturais é uma prova de que o resultado também poderia ter sido outro. Os caminhos seguidos, certamente, não eram os únicos. Eles foram apenas os escolhidos. Nesse sentido, as escolhas também poderiam ter sido outras. Isso nos mostra que, se já ocorreram tais situações antes, ainda podemos mudar os rumos e construir a possibilidade de conviver e criarmos formas de coexistência em paz neste planeta, com justiça social e ecológica. Portanto, se, por escolha ou por destino, estamos todos juntos há que aprendermos a conviver. Ou isto ou a barbárie sairá definitivamente vencedora. Se o caminho adotado foi este que até agora trilhamos e não estamos com ele satisfeitos, há que pensar, inventar, (re) criar outro, ou, outros itinerários. Ou seja, se as narrativas que até então utilizamos para dizer do mundo não mais dão conta de seu entendimento há que buscarem-se outras. Contudo, no caso atual, há que tomar-se o cuidado de não querer encontrar/construir outra narrativa que dê

conta de forma totalizante da diversidade da condição histórica e cultural de um mundo que, conforme alerta Canclini (2009), se constitui através de nomadismos culturais. Para este autor, e com ele concordamos, nenhum relato será capaz de organizar na sua totalidade a imensa e rica diversidade intercultural em um mundo cada vez mais marcado pela interdependência e pela antropofagização de hábitos e de costumes.

Trazemos agora para reflexão e contextualização algumas questões relacionadas aos povos originários do Brasil. Se, por muito tempo eram os nativos desta terra seus legítimos e naturais habitantes agora, são vistos e tratados como se estrangeiros o fossem em suas próprias terras.

Procuraremos mostrar que a questão do ser “estrangeiro” vai além do que até pouco tempo pensávamos, ou seja, às questões geográficas, redes sociais e territoriais. Em seu livro intitulado *Ideias para adiar o fim do mundo*, Airton Krenak na página 57 assim se manifesta sobre a necessidade de repensarmos, em outros parâmetros, nossas formas de nos relacionarmos com a diversidade de culturas: “Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo” (KRENAK, 2000).

Atualmente, com a facilidade de acesso às informações que temos, seja pela internet, pelas redes sociais, seja pelos meios de transportes, as fronteiras geográficas facilmente podem, e, muitas, foram superadas e/ou borradas (CANCLINI, 2006). Assim, o uso do termo estrangeiro, tem mudado em seus significados e realizações. O ser estrangeiro tem mais a ver com o modo de ser, sentir-se, do que, estar geograficamente localizado em determinado local. Ou seja, remete a um modo de viver. Facilmente, percebemos que a conjuntura planetária em que vivemos, faz com que as mudanças nas culturas e nas sociedades, encontrem-se cada vez mais intimamente entrelaçadas. Amarram-se umas às outras de forma a se intercambiarem num processo de devoração antropofágica recíproca que alimenta, culturalmente, uma a outra. Vivemos um momento de diálogos e cruzamentos interculturais cada vez mais frequentes e cotidianos e que estão a ressaltar as diferenças e clamar pela criação de espaços de convivência e de coexistência (FLEURI, 2003; FIGUEIREDO, 2022), pois, como nos alerta o antropólogo inglês, pioneiro dos estudos interculturais, Gregory

Bateson (1904-1980), para que se crie uma diferença “São necessárias pelo menos duas coisas diferentes” (1986:76). Com isto, nos reportamos, também, ao que sugere o pesquisador Néstor Garcia Canclini, quando afirma que falar de estudos que envolvem a cultura e as diferentes formas de conhecimento, no mundo contemporâneo, é falar a partir das intersecções, buscando as regiões onde as narrativas se opõem e se cruzam (CANCLINI, 2006; 2003). As pessoas se encontram com muita frequência em ambientes apátridas, onde ocorrem cada vez mais, encontros étnicos e culturais. Desses encontros surge o que aqui denominamos de culturas híbridas (CANCLINI, 2003), e, dessas culturas híbridas, surge o campo da interculturalidade, ou seja, culturas que coexistem, que dialogam entre si e, nunca se excluem, ao contrário, se fortalecem com os encontros culturais.

De nativos a estrangeiros: uma relação intercultural

Quando um indivíduo reconhece em si mesmo a oposição àqueles (as) que são diferentes e, por diversos motivos sente que as oposições e as diferenças os excluem, mesmo estando em seu próprio país, por exemplo, o estrangeiro/estrangeirismo passa a ser um sentimento de quem o sente e não uma simples designação para falar dos que estão “fora”, de seus espaços geográficos.

Este sentimento de desterrados, de excluídos em muito se assemelha ao que autores que pesquisam as questões da interculturalidade no continente latino-americano, hoje denominam de “estrangeiros em seu próprio país” (CANCLINI, 2009; ACHUGAR, 2006; MARIN, 2015). Um exemplo emblemático desta situação é o que acontece com os povos originários (indígenas) que são vistos e tratados, em muitos casos, como se estrangeiros fossem mesmo que vivendo em seu território de origem.

No cenário brasileiro, se olharmos para nosso passado recente – últimos 500 anos - veremos que cerca de 800 povos desapareceram, foram, de diferentes formas, dizimados. Com eles desapareceram suas línguas, seus rituais, seus hábitos alimentares, enfim, quando some uma língua, some com ela uma cultura. Não esqueçamos que esses povos não tinham escrita. Sua comunicação era, basicamente, através da oralidade. Portanto, quando desaparece um povo com estas características é aniquilada uma

civilização inteira. Desaparecem sua arte, sua filosofia, seus saberes e fazeres. Sim, sua filosofia, pois, estas civilizações possuíam um sistema filosófico de vida extremamente complexo e rico em contribuições para as demais formas de pensar a vida no planeta. Tanto isto é verdadeiro que são inúmeros os casos em que pesquisadores (as) de vários países – e mesmo do Brasil – recorrem aos saberes dos povos nativos para estudarem, copiarem e transformarem em conhecimento científico e, logo em seguida em mercadoria, aquilo que é um patrimônio de saberes milenares destes povos. Importante ressaltar: não raro sem o conhecimento e consentimento desses povos nativos.

Sobre essa desconsideração aos conhecimentos e saberes dos povos nativos brasileiros o antropólogo e grande estudioso de suas culturas Darcy Ribeiro afirma que esses povos deixaram para a civilização atual grandes legados nas artes e mesmo nas técnicas. É o caso das técnicas de domesticação de plantas selvagens que desenvolveram e com as quais acrescentavam uma dieta rica e farta à sua subsistência. Não é demais frisar que entre os povos nativos, antes da chegada dos colonizadores europeus, não existiam nem obesidade e muito menos desnutrição. É da responsabilidade dos nativos a introdução nos hábitos alimentares brasileiros da mandioca, do amendoim, do abacaxi, da batata chamada de “batata inglesa”, do milho, da batata doce, do inhame e muitas outras espécies que até os dias de hoje fazem parte de nosso cardápio rotineiro. Darcy Ribeiro ressalta, com muita propriedade, que, mesmo hoje, com toda nossa sofisticada tecnologia, inclusive de engenharia genética, ainda não domesticamos nenhuma outra planta além daquelas que os nativos deixaram para nós como alternativa de alimento. Assim o autor finaliza sua defesa da sofisticação da forma de vida dos povos nativos: “Contando com estas fontes de provimento, através do trabalho coletivo, os índios viviam uma vida farta em que ninguém era pobre demais para não ter casa e comida, nem rico demais para que lhe sobrasse o que faltava ao outro” (RIBEIRO, 1996, p.60).

Hoje, transcorridos cerca de 500 anos, restam não mais de 305 destas etnias habitando estas terras *brasilis*. Mesmo assim, algo é ainda mais paradoxal: o fato de a grande maioria dos brasileiros não saberem que no Brasil ainda existem 305 etnias, além, é claro, da civilização branca ocidental. Não sabem, também, que ainda são

faladas cerca de 274 línguas diferentes por estas etnias⁵. Se observarmos os campos de estudos e os objetos que são utilizados pelas pesquisas, referentes aos assuntos interculturais, os mesmos passaram de locais para globais, de territórios físicos para territórios virtuais, então, há de convirmos que a concepção de território tem sofrido, ao longo dos anos, grandes transformações. Os povos indígenas, apesar de terem sobrevivido à devastação colonial, acabaram, em muitos casos, ocupam o imaginário das pessoas em muitos países latino-americanos como “invisíveis”. Os indígenas permanecem praticamente invisíveis para todos, especialmente, aos olhos dos que querem excluí-los de nossa história. Lembramos aqui do que escreve Viveiros de Castro,

A impressão que tenho é que o “Brasil” até bem pouco não queria nem saber de índio, e sempre morreu de medo de ser associado “lá fora” a esse personagem, que deveria ter sumido do mapa há muito tempo e virado uma pitoresca e inofensiva figura do folclore nacional. Mas os índios continuam aí, e vão continuar (CASTRO, 2006, p. 84).

Viveiros de Castro é enfático ao reafirmar que precisamos ir além da visão preconceituosa e discriminatória em relação aos povos nativos brasileiros e latino-americanos, e entender que atentar para a importância e o legado de suas culturas significa um olhar para a frente e não um retrocesso como muitos ainda pensam.

Ao observarmos as legislações e as discussões acerca do rumo dos povos indígenas no Brasil hoje, veremos que, a grande preocupação nos parece que é: o que faremos com os ironicamente chamados de “nativos”? Ao falarmos da experiência de ser estrangeiro, essa sim, merece um olhar mais demorado, mais cauteloso. O que queremos propor aqui é justamente esse pensar sobre o estrangeiro em sua experiência, ou seja, as segregações que nos excluem ou que nos fazem sentir-nos estranhos em nosso próprio país e, muitas vezes, em nossa própria cultura. Para Canclini, estes seriam os “Extranjeros Nativos”: dissidentes, exilados dentro de “la própria sociedad

⁵ Essas e outras informações podem ser vistas na publicação “Censo 2010: Características Gerais dos Indígenas – Resultados do Universo”, que pode ser acessada no link: www.censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 20/04/2020.

(insiliados), o quienes salieron del país y al regresar, luego de unos años, se sienten desubicados ante los cambios” (CANCLINI, 2009)

Assim, fica uma pergunta: como os nativos deste país se tornaram estrangeiros ao longo dos séculos? Como nos sentimos desafiados por aqueles que domesticaram a maior parte dos alimentos que conhecemos hoje? Como podemos, no diálogo intercultural, trocar, aprender e incorporar maneiras de conviver com estes nativos e suas diferenças? Esta forma de pensar o diálogo intercultural nos desafia, por exemplo, a nunca esquecer que não há um lá fora onde se buscarão os ingredientes necessários para construção do conhecimento. Seja ele de que tipo e em que área for. Por exemplo: nas questões relacionadas à construção de ações educativas que respeitem “o outro como legítimo outro na convivência”. A justificativa, para esta afirmação, buscamos também, em Humberto Maturana, quando este escreve que “a experiência de qualquer coisa “lá fora” é validada de modo especial pela estrutura humana, que torna possível “a coisa que surge na descrição” (1995, p. 68). É justamente esta circularidade, este encadeamento entre as atitudes e as experiências das pessoas como seres no mundo e com o mundo (FREIRE, 1997) e que agem de forma inseparável daquilo que são particularmente, e aquilo que o mundo parece ser, que indicam algo fundamental e que não pode ser tergiversado, pois, “Todo ato de conhecer produz um mundo” (MATURANA, 1995, p. 68). Ao encontro deste pensamento, também, trazemos uma reflexão feita por Carlos Amoraes:

Si yo hago algo en un lenguaje europeo, pierdo la mitad de mí mismo, pero si hago algo completamente en un lenguaje mexicano o mexicanizado también pierdo la mitad de mí mismo. Lo que busco entonces es un compromiso entre esas dos formas, donde coexisten” (Apud CANCLINI, 2009, p. 8)

O que gostaríamos de enfatizar com esta citação é, justamente, o ponto que consideramos fundamental neste texto. Ou seja, pensarmos em uma forma de dialogar, de encontrar pontos que coexistam com a cultura dos povos nativos. Não pensarmos e ou agirmos como os indígenas, mas, sim, o que buscamos é encontrar pontos em

comum, para o início de uma conversa⁶. E que, deste conversar surja à possibilidade de um diálogo intercultural. Em nosso entendimento, seria como imaginar novas maneiras de atuarmos na sociedade, ou, melhor dizendo: nos desestrangeirizando. Isto significaria construirmos conhecimentos que nos possibilitariam, nas diversas situações do cotidiano, dialogarmos com as diferenças e não excluí-las simplesmente. Nestes diálogos interculturais se criariam espaços de reflexão e de ação criativa. Algo na perspectiva, mencionado por Clifford Geertz (2008), para quem, a cultura precisa ser vista como um contexto, algo por meio do qual os processos, os comportamentos sociais, podem ser descritos, por exemplo, pelos antropólogos, sociólogos, enfim, pelos estudiosos das relações culturais. Este pensador vai adiante em sua reflexão e sugere que é desta relação de conversação intercultural recíproca, e, num certo contexto, que o olhar para a forma como o outro nos olha, pode nos ajudar a entender quem somos e que lugar ocupamos nesta relação, pois,

Ver-nos como os outros nos vêem pode ser bastante esclarecedor. Acreditar que outros possuem a mesma natureza que possuímos é o mínimo que se espera de uma pessoa decente. A largueza de espírito, no entanto, sem a qual a objetividade é nada mais que autocongratulação, e a tolerância apenas hipocrisia, surge através de uma conquista muito mais difícil: a de ver-nos, entre outros, como apenas mais um exemplo da forma que a vida humana adotou em um determinado lugar, um caso entre casos, um mundo entre mundos. Se a antropologia interpretativa tem alguma função geral no mundo, é a de constantemente nos re-ensinar esta verdade fugaz (GEERTZ, 2009 p. 30).

Ao mesmo tempo em que construímos uma cultura, ela também nos constrói. Estamos inseridos neste processo que acontece todos os dias, todas as horas, em todos os nossos movimentos. A cultura é este emaranhado de experiências que nos atravessam, que nos tocam e nos transformam. Sugerimos assim, que, comecemos a parar e pensar em uma maneira de dialogar com os indígenas, ou seja, reconhecê-los como parte integrantes/formadores desta cultura. O exercício da educação intercultural abre espaço para esse diálogo e reconhecimento do outro, como um outro legítimo. A

⁶ A expressão *conversar* aqui empregada é no sentido que Humberto Maturana (2004) dá para a mesma. Segundo este autor, a existência humana acontece no processo relacional do *conversar*. Nosso ser biológico, como humanos, se constrói na imersão do ato de *conversar*. *Conversar* é, para Maturana, o entrelaçamento entre o racional e o emocional no processo da linguagem. Ou dizendo de outra forma: *Conversar*, como dar voltas com o outro para se entender.

ela - educação intercultural - não interessa apenas conhecer o estranho, o diferente, mas, estar aberto, receptivo para entender e refletir sobre a relação existente entre estes.

Uma maneira de se pensar em perspectivas interculturais para as relações estabelecidas com as culturas indígenas, seria a busca de construção permanente, através do diálogo intercultural, da democracia como uma obra de arte⁷. Uma obra de arte coletiva, colaborativa e cooperativa em permanente construção. Sobre essa proposição nos ateremos no próximo tópico desse texto.

Educação e Democracia - Uma obra de arte em permanente construção

A convivência democrática é uma obra de arte a ser construída no espaço de viver e conviver humano e só acontece se desejarmos realmente viver e conviver na democracia. (MATURANA, 1994).

Se observarmos com atenção as práticas que se seguem aos discursos em nome da democracia, veremos que os mesmos, nem sempre mostram uma relação de coerência. Para Maturana (2004) tal cenário decorre de uma negação sutil, indireta, dos modos de conviver em relações democráticas e a opção por relações de apropriação, de competição, de criação excessiva de hierarquias, de exigências, de dominação e de guerras. A democracia é uma construção humana muito especial. Uma construção como se fosse uma obra de arte. Assim vista, não é um remédio para todos os males. Não é uma panaceia. A democracia é uma forma de convivência entre as pessoas. Há, contudo, que levar em consideração que esse modo de viver não é uma busca de algo ideal. Mas, sim, “É um acordo de convivência”. (MATURANA; D’AVILA, 2016). A convivência democrática é um sistema de organizar-se no qual as pessoas não busquem a eliminação do outro. É um sistema político em que os governantes são eleitos e assumam seus governos pela porta da frente dos palácios. Essa porta é acessada por meio de eleições livres e justas. Isso quer dizer: pelo voto livre e democrático. Nessa maneira de conceber, a democracia é tomada como a construção de uma *obra de arte*. Uma obra de arte em permanente aprimoramento, ou seja: uma obra de arte que nunca estará pronta,

⁷ Tomamos como referência a obra do pensador chileno Humberto Maturana (1928-2021) intitulada “*La democracia es una obra de arte*” (Colombia-Bogotá. Cooperativa Editorial Magistério, 1994).

justo por ser o resultado de uma construção colaborativa, *co-operativa* e permanente. Por outro lado, a democracia não é um estado estacionário. Ao contrário, é um modo de viver e conviver que se instala e desenvolve no dia a dia das pessoas. É algo que acontece no fluir do viver cotidiano. Para se realizar precisará contar com o respeito mútuo entre todas as pessoas, independentemente de qualquer distinção – de etnia, de classe social, de idade, de crença religiosa, de assunção de sexualidade, etc.

A democracia não deve se curvar sequer aos poderes do Estado. A democracia não carece de pessoas perfeitas nem infalíveis. Ao contrário, na democracia podemos cometer erros, pois, nela temos o direito à oportunidade de corrigi-los. A genialidade da Democracia está, justo, no fato de não se fundar na mentira, na desonestidade. Tal compreensão de democracia pode parecer que se está propondo algo no campo da perfeição ou de uma utopia. Não se trata disto, justamente por estarmos nos referindo ao viver e conviver entre seres humanos. Para Maturana (1994), para convivermos democraticamente não precisamos de perfeição pelo simples fato de que a democracia não é um sistema perfeito. O fundamental é podermos decidir se queremos ou não queremos viver em democracia. Importante não esquecermos que, para que esse viver democrático realmente aconteça, ele não pode ficar restrito a um discurso sobre, ou, a um exercício intelectual. Mas, como viabilizar tão desafiadora proposta? Por onde começar?

Pela educação democrática das crianças. Pela transformação das crianças em adultos que se enamorem pela democracia. Quando escrevemos da educação das crianças para a democracia, ressaltamos que devemos começar pela infância. Contudo, essa educação para a democracia, deve se constituir em um continuum que começa na infância e se estende por todo o processo educativo. Uma das justificativas para educar para a democracia é o fato de vivermos um momento onde nunca foi tão fácil à divulgação de notícias falsas, e de incentivo ao ódio e ao preconceito. Estamos nos referindo ao papel da mídias sociais. Sobre isso é importante o alerta feito por Larry Diamond⁸ quando, ao responder a um jornalista brasileiro sobre o que ele sugeriria

⁴ Professor da Universidade de Stanford, EUA. É pesquisador do Hoover Institution e coordenador do programa de democracia do Centro pela Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito (Stanford.).

como forma de promover e garantir a democracia no Brasil, responde que uma das principais formas seria educar os jovens sobre os valores da democracia. Para ele, “*Por causa das mídias sociais, onde há tanta notícia falsa, cinismo e distorção. A educação cívica é um instrumento essencial para que os jovens aprendam a socializar respeitando os valores da democracia*”. (DIAMOND, 2017, p.10). Maturana (1994), alerta quando afirma que vivemos um mundo no qual existe toda uma gama de argumentos e justificativas que tentam desqualificar ou mostrar a impossibilidade de um viver democrático. A maneira de não sucumbirmos a esses argumentos e justificativas passa por compreendermos que a democracia tem que ver com nossos desejos íntimos e que só conseguiremos conviver em espaços democráticos, se quisermos, sincera e honestamente, viver a democracia. Se assim não for, quando muito discursaremos sobre ela, pois, “Hay que enamorar-se de la Democracia”. (MATURANA, 1994, p.84). Com frequência escutamos a evocação de princípios para um viver democrático. Ao fazermos isso estamos assumindo que não estamos vivendo, espontaneamente, estes princípios evocados. Ou seja: não estamos vivendo relações democráticas. Esta afirmação está em acordo com o alerta feito por Maturana ao abrir sua palestra intitulada *La infancia en la construcción de la Democracia*⁹. O autor inicia fazendo uma relação entre a construção de relações democráticas e a promoção de uma cultura da paz. A paz deveria ser o modo mais natural de se viver. Ocasões de ausência dela deveriam fazer parte do ocasional, deveria ser a exceção. Neste sentido que, quando necessitamos falar de democracia ou de paz, é porque não estamos vivendo essas dimensões no conviver humano. Um viver social de sentires íntimos e na emoção do amor é que tornam possível uma relação de paz e de democracia.

A infância é um momento privilegiado na vida de nós seres humanos. Se faltar amor nessa fase algo de muito grave, certamente, está se passando. Maturana e Ximena (2016:560) alertam que: “Sem amar não há convivência social, há outro tipo de conviver”. Com muita frequência escutamos que os bebês nascem totalmente indefesos. Os bebês não são indefesos, pelo simples fato de que o ato de nascer não é um ato de luta, um partir para guerra. O ato de nascer é um momento de ser acolhido, aceito como um outro legítimo. As crianças são como forasteiros recém-chegados a esse mundo e

⁹ Palestra proferida em Santa Fé-Bogotá-Colombia, (1994).

não tem nenhuma responsabilidade pelo que vão encontrar. Se alguém tem alguma responsabilidade pelo mundo que a criança encontra, esse alguém só pode ser o adulto que recebe essa criança. Bebês não nascem com medo. Pelo simples fato de não conhecerem esse sentimento. As crianças nascem na total confiança. Nossos modos de vida na cultura patriarcal-matriarcal ocidental buscam o controle das emoções em função da desconfiança que sentimos em relação ao outro (a). Desconfiança, essa, decorrente de um viver na mentira, no engano, na valorização das aparências, na falsidade, no não respeito por si próprio e, conseqüentemente, pelo outro. O bem e o mal passam a ser vistos como algo do campo do transcendental, algo que está fora de nosso alcance de mudança. A principal consequência dessa compreensão do humano é a não assunção da responsabilidade por nossas ações ou, então, a atribuição ao outro ou a algo abstrato e fora de meu alcance – que pode ser um sistema político, ideológico, religioso – a responsabilidade por aquilo que acontece. Não raro, esse comportamento tem o objetivo de justificar nossas atitudes ou a falta delas.

É frequente chamarmos um adulto de “ingênuo” quando esse demonstra facilidade em acreditar nos outros. Em nossa cultura patriarcal-matriarcal¹⁰, de competição e de dominação, ser ingênuo significa fraqueza, despreparo para enfrentar as “lutas” que a vida reserva.

¹⁰ A cultura patriarcal-matriarcal, segundo Maturana, é um modo de vida que se originou fora da Europa. É um viver cultural mantido por grupos humanos vindos da Ásia. Grupos Indo-europeus chamados de Kurgans. Grupos pastores/cavaleiros/guerreiros. Viviam em torno do controle, da dominação, do uso da violência e do guerrear, desde as fases mais remotas da história. Desse modo de viver histórico surge a desconfiança. Desse desconfiar, nas condições ambientais materiais para sobreviver, passa-se a viver uma desconfiança que passa culturalmente às outras gerações. Nessa desconfiança e medo começa uma mudança cultural, com fazeres guiados no medo mórbido e na desconfiança reiteradamente mantida. Esses modos de viver são incorporados pelos humanos que passam a guiar o seu viver fora da confiança básica de seres vivos, num viver cultural que nega a biologia do amar. Esse viver patriarcal/matriarcal até hoje se manifesta com nosso fazer/sentir. Vivemos em torno do controle, da apropriação, da competição, da dominação. Entretanto, nesse contexto de relações vividas no patriarcado/matriarcado surgiram os desejos em torno da Democracia e da cidadania. Pois, embora o patriarcado/matriarcado seja central na nossa vida adulta de hoje, nascemos e crescemos, na ternura e calor materno durante os primeiros anos de vida. Essa maneira de viver na ternura e no amar, ainda se mantém dentro do patriarcado que vivemos como um viver cultural que conserva nossa biologia do amar. Os nossos desejos de adultos por um conviver democrático afloram em nós com sinceridade na medida em que aprendemos sobre a biologia do amar nesse conviver sem exigências, vivido de modo que aprendemos a sentir-nos vistos/escutados/respeitados. Está nesse conviver a origem dos nossos sentimentos sinceros em torno da Democracia como modos de viver/conviver a equanimidade para fazer a equidade nas comunidades humanas. Para ler mais ver: *Habitar Humano*. Humberto Maturana & Ximena D'Avila. Palas Athena, 2009. Maturana & Verdén-Zöllner, *Amar e Brincar – fundamentos esquecidos do humano*. Palas Athena, 2004.

Considerações finais

“La realidad no és a sí, está a si”

(Paulo Freire, 2003)

Na primeira parte desse texto nos reportamos à questão indígena no Brasil e a necessidade de relações de interculturalidade. O processo de aniquilamento e de quase extinção das culturas indígenas no Brasil e na América Latina deveu-se, em nosso entendimento, a esse modelo cultural de controle e de dominação, característico da cultura patriarcal-matriarcal europeia.

A pergunta é: queremos preservar essa história ou reescrevê-la? Quem estiver disposto a mobilizar suas melhores energias na direção de um conviver orientado pelo amar e pelo respeito ao outro pode estar se perguntando: por onde começar? A essa pergunta respondemos: comecemos pela infância. A educação pode ser um espaço privilegiado para a afirmação da longevidade da democracia e para a construção de uma cultura de paz e de respeito à legitimidade e a dignidade dos povos. Entre todos os povos que desejarem viver e enamorarem-se pela democracia. Podemos, assim, ter esperança em uma sociedade democrática, se democrática for à infância das crianças.

Ao considerarmos o modo de vida dos povos indígenas, nos dispomos a conhecer essa cultura. Assim agindo, daríamos um importante passo na busca de um diálogo sobre nosso modo de conviver com o diferente e as diferentes formas de expressões culturais. Ao termos uma atitude de abertura ao outro, ao aceitarmos que o mesmo “Apareça como legítimo” (MATURANA; D’AVILA, 2015), construímos um diálogo sincero, um diálogo onde se perenize a cumplicidade e, conseqüentemente, o crescimento e diversificação da nossa própria cultura. Não falamos, com isto, que, devemos nos prescindir da própria tradição para chegar ao “outro”. “Transportamos nossas tradições e deixamos que nos transportem outras, e nos fazemos assim agentes-pacientes de verdadeiros processos de universalização” (FORNET-BETANCOURT, 2001, p.31). Assim, ao pensar neste diálogo intercultural estaríamos “fazendo valer a polivalência da história”. Há vários futuros possíveis e “a maior ou menor universalização histórica de um desses futuros é um assunto que deve ser decidido mediante o diálogo das culturas” (FORNET-BETANCOURT, 2001, p. 376).

Pensamos que, para começarmos a mudar nossa visão reducionista sobre esta cultura, é preciso que mudemos alguns valores, costumes e formas de olhar o outro. A mudança de hábitos, valores, representações, conceitos e pré-conceitos e atitudes estão, muito fortemente, relacionados a questões que não se limitam ao campo da razão, do raciocínio, do intelecto. Nossas representações de mundo, bem como seus desdobramentos em ações cotidianas são, em última instância, um processo de construção complexa que envolve as dimensões humanas na sua totalidade e complexidade. Passando, portanto, pelo nosso devir estéticos, ludens, demens, ético, filosófico, histórico, cultural. Enfim, é o resultado de agenciamentos que não são passíveis de enquadramento nos marcos reducionistas da produção de conhecimento científico clássico. Muito menos, ainda, no modelo de produção de conhecimento científico da era iluminista moderna que deu uma quase exclusividade aos aspectos racionais, em detrimento às emoções envolvidas na produção de conhecimentos e da aprendizagem humana.

Para tanto, é preciso que nós, mulheres e homens, educadores e educadoras, estejamos dispostos a voltar nossos sentidos – olhos, ouvidos, tato, cheiro e paladar - para a realidade de cada contexto. É preciso que aprendamos e nos disponibilizemos a refletir sobre as diferentes realidades construídas nas relações entre as diferentes pessoas e sua cultura. Na prática de tal exercício estaremos buscando compreender não só o que cada um quer dizer, mas, conforme sugeriu Azibeiro (2003) o contexto cultural que proporcionou o significado para aquilo que foi dito. Começemos, assim, pela infância, pelo diálogo amoroso com as crianças. Um diálogo sincero que busque sempre o respaldo em práticas democráticas e de valorização e de reconhecimento do outro.

Queremos dar uma pausa nesse texto fazendo referência a um costume da etnia Mapuche. Os mapuches são um grupo de habitantes indígenas do centro-sul do Chile e sudoeste da Argentina, incluindo partes da atual Patagônia. O termo coletivo refere-se a uma etnia abrangente composta por vários grupos que compartilhavam uma estrutura social, religiosa e econômica comum, bem como uma herança lingüística comum como falantes de Mapudungun . Sua influência se estendeu desde o rio Aconcagua até a ilha de Chiloé e depois se espalhou para o leste, até o pampa argentino. Hoje, o grupo coletivo representa mais de 80% dos povos indígenas do Chile e cerca de 9% da

população chilena total. Os mapuches estão particularmente concentrados em Araucanía. Muitos migraram para a área de Santiago e Buenos Aires em busca de oportunidades econômicas.

Quando uma criança Mapuche recebe um presente, um brinquedo de um adulto ela reparte com as outras crianças para brincarem juntas e desfrutarem do prazer da partilha.

Referências Bibliográficas

Albirieght, M. Fascismo – una advertência. (2018). PAIDÓS. Barcelona.

Azibeiro, N. E. (2003). Educação Intercultural e complexidade: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares. In: Educação Intercultural: mediações necessárias; FLEURI, R.M. (Org). Rio de Janeiro: DP&A.

_____, N. E. Relações de saber, pode e prazer: Educação popular e formação de educadores. Florianópolis. CEPEC, 2002.

Barcelos, V. (2013) Uma Educação nos Trópicos – uma contribuição da antropofagia cultural brasileira. Petrópolis. VOZES.

Barcelos, V. (2016). (In)visível Cotidiano. Porto Alegre: AGV.

____ Antropofagia Cultural Brasileira e Educação Ambiental – contribuições à Formação de Professores(as) (2007^a). Projeto de Pós-Doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

____ Educação Ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes. (2008) Petrópolis, RJ: Vozes.

Bateson, G. Mente e Natureza – a unidade necessária. (1986). Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Bhabha, H. K. O local da cultura. (2003) Tradução: Mirian Ávila; Eliana Lourenço de Lima; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG.

Canclini. N.G. Consumidores e Cidadãos. (2006). Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. Culturas Híbridas. (2003) São Paulo: EDUSP.

_____. Diferentes, Desiguales y Desconectados. Mapas de La Interculturalidad. Barcelona (2004).

_____. Extranjeros em la Tecnologia y em la Cultura. (2009). Buenos Aires: Ariel.

Castro, E, V. De. – Encontros. (2008). Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

_____. Os termos da outra história. (2000) In: Ricardo, Carlos Alberto (ed.). Povos indígenas no Brasil, 1996-2000, São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 49-54.

X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares - CLAEHM

Dezembro de 2024, Online | claec.org/ehm

Artigos Completos

Changaray, W. Presidente da Assembleia do Povo Guarani da Bolívia, ao Presidente Evo Morales, março de 2006, primeiro líder indígena a ocupar o posto máximo de seu País, disponível em: <http://www.campanhaguarani.org.br/>). Acesso em 23/12/2019.

CENSO. (2000). Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 18/03/2020.

Eco, H. Contra el fascismo. (2019). Las claves de Eco para reconocer el fascismo. Um manifesto urgente. Buenos Aires. Peguin Random House Grupo Editorial.

Fanon, F. Pele negra, máscara branca. (2008). Edufba. Bahia.

Fleuri, R. M. (2003). Intercultura e Educação. Revista Brasileira de Educação-ANPEd. Editores Associados, Campinas-SP. N.23.

Fleuri, R. M. (2002). Intercultura: estudos emergentes. (org) FLEURI. R.M. Ijuí: UNIJUI.

Freire, P. (1997) Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. Pedagogia do Oprimido. (2016) 60ª Edição. PAZ & TERRA. Rio de Janeiro/são Paulo.

Fornet-Betancourt, R. (2001) Interculturalidad y globalización: ejercicios de crítica filosófica intercultural en el contexto de la globalización neoliberal. Frankfurtam Main, IKO; San José, Costa Rica. (Denktraditionenim Dialog: Studien zur Befreiung und Interkulturalität, 8).

Geertz, C. O saber local - Novos ensaios em antropologia interpretativa. (2009) Petrópolis: Vozes.

Gutman, L. Una Sociedad Niñocêntrica – como una criança amorosa puede salvar La humanidad. (2018). Buenos Aires. Sudamérica.

Handler, R. Entrevista a Clifford Geertz. Traducción: Lydia Rodríguez Cuevas, Sergio Daniel López. Revista de Antropología Iberoamericana. v. 3, nº. 1. Publicada em: EneroAbril 2008. Pp. 17-45 Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red. ISSN: 1695-9752. Disponível em www.aibr.org. Acesso em 14 de março de 2020.

Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. 1ª edição – São Paulo: Companhia das Letras.

Krenak, A. (2000). O eterno retorno do encontro. In: RICARDO, Carlos Alberto (ed.). Povos indígenas no Brasil, 1996-2000, São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 45-48.

Levitsky, S.; Ziblat, D. Como as democracias morrem. (2018). Rio de Janeiro. ZAHAR.

Mandela, N. Longo caminho para a liberdade. (2012). Editorial Planeta. São Paulo.

Marques, M. P. POPULISMO – Todo o Poder vem do Povo! Mas para onde vai? (2018). Âncora Editora. Lisboa.

Maturana. H. Dávila, X. *El árbol del vivir*. (2016) Chile: MVP editores.

QUIZANO, A. Colonialdiade do poder. Revista “Perú Indígena”. V. 13, n. 29. Pg 11-20. Lima Peru, 1991.

Touraine, A. (2003). Podemos Viver Juntos? Iguais e diferentes. (2003). Petrópolis. VOZES.

Maturana, H. R. & Varela, F. G. A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano. (1995) Campinas, SP: Workshopsy.

Ribeiro, D. O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil. (1998). 2ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

. ____ Utopia Brasil. São Paulo: Hedra Ltda, 2008.

MATURANA, H. La democracia es una obra de arte. (1994). Editorial Magistério. Bogotá.

_____; VERDEN-ZÖLLER. Amar e Brincar. Fundamentos esquecidos do humano. (2004). São Paulo: Palas Athena.

Mounk, Y. O povo contra a democracia – por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. (2019). São Paulo. Companhia das Letras.

Moura, M.; Corbelini, J. A eleição disruptiva – por que Bolsonaro venceu. (2019). Editora Record. Rio de Janeiro/São Paulo.

OZ, A. Contra o fanatismo. (2004) Ediouro. Rio de Janeiro.

Ribeiro, D. Utopia Brasil. (2008). São Paulo. HEDRA LTDA.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

STANLEY, J. Como Funciona o Fascismo – A Política do “nós” e “eles”. (2018). Porto Alegre. L&PM Editores.